ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA AMART

30 DE MARÇO DE 2019

Estiveram presentes à assembleia 39 (trinta e nove) proprietários, conforme registrado na lista de presença.

Mesa diretora: Sra. Jacqueline Reichen Rosa, primeira secretária da Diretoria Executiva, Srs. Eduardo Lopes da Silva Jr., Presidente da Diretoria Executiva, Gilson Bentes, Presidente do Conselho Deliberativo, Helio Veiga, membro do Conselho Deliberativo e responsável do setor jurídico da Associação.

A reunião foi iniciada às 14:30h em segunda convocação, na sala 6 do SBPV, Pauta – conforme convocação de 10 de março de 2019: aprovação dos resultados de 2018, aprovação da proposta orçamentária para 2019, aprovação do plano de investimentos para 2019, apresentação do plano de trabalho para 2019 e outros temas de interesse da associação.

Inicialmente o Sr. Naif proferiu algumas palavras e fez uma oração.

O Sr. Gilson, responsável por conduzir a reunião (já que se tratava de prestação de contas – vide art. 16 parágrafo único do Estatuto), externou sua tristeza diante da presença tão fraca dos associados. Ressalta que infelizmente muitos associados são rápidos para reclamar em grupos de WhatsApp, todavia, pouco interesse têm em se envolver e participar das Assembleias.

Foi então efetuada a leitura da ata da reunião anterior (26 de janeiro) pelo Sr. Eduardo Jr. Esta reunião ocorreu por conta da necessidade de se fazer a eleição de novos Conselheiros e Diretoria, exigida para renovação dos documentos e formalidades bancários. Isso não ocorrerá mais, uma vez que o ano fiscal foi mudado para o mês de março, portanto, nos próximos anos, o rito de aprovação de contas e novas eleições ocorrerá no mês de março.

➔ ***A ata da Assembleia de 26 de janeiro foi aprovada por unanimidade.***

O Sr. Cavani sugere que os associados possam ler a ata no site e, na próxima Assembleia, façam eventuais sugestões ou retificações, economizando-se assim o tempo de leitura da ata. O Sr. Helio explica que, se necessário, é possível fazer uma retificação à Ata e registrá-la em Cartório.

Quanto ao item da pauta "Outros" foram feitas as seguintes solicitações: Srs. Cox Jr. e Osni - cães soltos; Sr. Felipe - funcionários e prestadores que utilizam as áreas comuns do Condomínio e Sr. Natal - operários da construção civil que dormem nas obras.

O Sr. Gilson lembrou dos horários de funcionamento das obras e frisou a importância da revisão do Regimento, a fim de que esse assunto fique muito claro para os associados.

A Sra. Jacqueline acrescenta que a revisão do Regimento, bastante complexa, já está em andamento, e que os horários (obras, silêncio) farão parte do novo Regimento. Acrescentou que a atual administração já tem os meios para aplicação imediata de multas.

Aprovação dos resultados de 2018

A palavra foi passada para o Sr. Gilson, o qual informou que o Conselho Fiscal, assim como o Conselho Deliberativo, aprovou por unanimidade as contas de 2018.

O Sr. José Carlos perguntou o que vem a ser Climed Associados. O Sr. Eduardo Jr. explicou a origem do grupo de convênio médico, criado em 2004, aberto para os funcionários (obrigatoriedade) assim como associados (atualmente 70).

A AMART recebe mensalmente a nota da CLIMED, efetuando o pagamento no dia 20 do mês. A cobrança para o associado, juntamente com o condomínio, é efetuada no dia 10 do mês subsequente. A justificativa da CLIMED ser cobrada juntamente com o condomínio é para evitar maior inadimplência. Por este serviço, a AMART recebe uma bonificação de 5% sobre o valor pago pelo associado como taxa de administração.

Os funcionários da AMART pagam 30% do valor total do seguro médico, ficando por conta da AMART o restante.

O Sr. Eduardo Jr. aproveitou a ocasião para agradecer o excelente trabalho do Conselho Fiscal, a saber, Srs. Edson Crocco, Valdemar Barbosa (Natal) e Walter Pfanemuller.

Esclareceu que as contas apresentadas provêm do sistema GOSOFT, e não há nenhum valor manualmente transposto, eliminando assim as planilhas Excel.

➔ ***As contas de 2018 foram aprovadas pela Assembleia por unanimidade.***

O Sr. Cavani pede a inversão da ordem da pauta, a saber, tratar em primeiro dos planos de trabalho e depois da previsão orçamentária 2019, sugestão de pronto acatada.

Apresentação do plano de trabalho para 2019

⇨ Revisão cadastral

O Sr. Eduardo Jr. frisou a necessidade de se fazer uma revisão cadastral, a fim de "confirmar" a legitimidade dos associados que participam das assembleias (somente os proprietários podem votar – art. 5º parágrafos 1º - 5º e art. 6º inc. I do Estatuto).

O revisão cadastral tem como base o IPTU. É evidente que podem existir pequenas divergências, todavia, é de se estranhar diferenças quanto à titularidade e grandes divergências quanto às dimensões dos terrenos ou edificações. Há casos de cadastros sem imóvel construído ao passo que o carnê do IPTU indica construção.

Essas informações são relevantes porque o nosso sistema atual de rateio inclui as variáveis de terreno e de área construída. (Esse cálculo foi detalhadamente explicado no informativo deste mês).

Na ocasião, apenas cerca de 180 associados responderam à solicitação de recadastramento por parte da Associação (sendo o número total de associados 580).

A AMART já está procedendo às correções do cadastro, o que significará um aumento de arrecadação.

O Sr. Luis Roberto lembra o problema de vizinhos que avançaram e "invadiram" uma parte do terreno de outro associado, todavia, lhe foi respondido que esse problema é de inteira responsabilidade do próprio associado.

⇨ Projeto água

Esse projeto foi iniciado em 2004, quando a realidade do condomínio era bem diferente. Hoje temos 509 casas. Quando o Sr. Eduardo Jr. assumiu a Diretoria em 2017, percebeu necessidade de "finalizar" este projeto, contando então com o auxílio dos Senhores Cavani e Eneias.

Atualmente já está em uso a nova Estação de Tratamento de Água (ETA), graças a uma parceria concluída com a Organização Palavra da Vida (OPV). A água utilizada provém do lago Dourado. Este novo equipamento já está sendo utilizado há 3 semanas pela OPV. O Sr. Cox está utilizando esta água e disse que é muito boa.

O equipamento gera 20m^3 por hora, o que é suficiente para o consumo atual e futuro. É evidente que se futuramente houver um aumento significativo, poderá ser feito novo estudo de adequação. Atualmente, as despesas de manutenção da ETA estão sendo arcadas pela OPV.

Esse semana foram efetuados testes de vazão na rede seca a fim de constatar a situação da tubulação existente. Os testes puderam ser feitos graças à compra de um reservatório de 10.000 litros, colocado ao lado da casa do Sr. Haroldo. O resultado foi

positivo; a água começou aparecendo em diversos pontos. O sistema está cheio de ar, razão pela qual poderá demorar um pouco para se fazer um teste efetivo. O teste apenas será inteiramente conclusivo quando enchermos o reservatório, abrirmos todos os registros e não houve nenhum vazamento nas ruas.

O primeiro reservatório será localizado próximo à casa do Sr. Dirceu – no alto da montanha, nos limites internos da cerca. A área proposta para a edificação do reservatório está em área de Reserva Interna (RI). Assim, é necessária aprovação prévia da Prefeitura para início das obras. Essa solicitação já foi efetuada, e o prazo de resposta estimado é de 2 a 3 meses.

Foi passada a palavra ao Sr. Cavani, que achou necessário fazer um realinhamento deste projeto, para revalidação do mesmo pela Assembleia.

Em 14 de junho de 2014 foi feita a Assembleia referente ao projeto da Água, incluindo a aprovação do rateio e confecção da rede seca. No projeto original, foi mencionado que seriam abrangidos todos os imóveis cadastrados na AMART. Todavia, de acordo com o inc. I do Art. 4º do Estatuto da AMART, todos os imóveis dentro da área da AMART deveriam participar do projeto, e não somente os imóveis cadastrados.

Em 5 de maio de 2018 foi tratado o assunto do rateio de implementação (água fornecida), e foi aprovado que todos os imóveis deverão então arcar com uma taxa fixa de aproximadamente R$ 25,00 para 10m3. O excedente de consumo será cobrado à parte.

O Sr. Ricardo pergunta quanto aos custos de manutenção da rede, e o Sr. Cavani responde que a manutenção será feita por funcionários da AMART e o custo da manutenção estará incluído na taxa mensal mencionada acima, que todos associados deverão pagar independentemente de utilizarem ou não a água fornecida pela AMART.

O Sr. Celio questiona se o valor aventado de R$ 25,00 será corrigido e quando começará a cobrança. Sr. Cavani responde que será a partir do momento que a água será disponibilizada.

O Sr. Cavani propõe a ratificação do projeto de água integral, e não somente da rede seca, conforme consta em ata. A próxima etapa deste projeto será, portanto, a construção do reservatório. Existe a possibilidade de ter que se fazer um segundo reservatório para abastecimento da zona 3.

Observa-se que o projeto original contemplava um reservatório fora dos limites do nosso Loteamento, numa área não pertencente à Associação; por motivos óbvios não é possível dar seguimento a essa opção.

Quanto aos imóveis que ainda não pagaram o rateio do projeto água, seja qual for o motivo, estes deverão pagar as 24 parcelas de R$ 150,00, corrigidas de acordo com o IPCA, valor calculado com base no projeto geral de R$ 1.500.000, que contemplava apenas a rede seca (conforme consta em ata).

O Sr. Paulo (empreendedor do projeto de 28 casas na Alameda Cabreúva) falou da situação do seu "sub" loteamento. Ele concorda em pagar as parcelas, todavia não no

valor total, uma vez que efetuou toda a rede interna do seu terreno por conta própria. Ele apresentou previamente um projeto aprovado pela Prefeitura e solicitou que fosse incluído no projeto da AMART (havendo apenas um ponto colocado no seu "sub" loteamento).

O Sr. Luis Roberto pergunta como pode constar em ata uma informação sem os valores exatos, referindo-se ao caso do Sr. Paulo. O Sr. Cavani sugere que essa responsabilidade fique por conta da Diretoria, explicando que deverá ser feito um cálculo quanto à proporção do valor relacionado à rede seca interna.

A Sra. Mara Cristina questiona se não há um problema quanto à prescrição da dívida daqueles que não pagaram. Ela acredita que o problema não ocorre quanto aos lotes novos, mas àqueles que porventura ainda não pagaram.

Trata-se, por exemplo, do Parque da Colinas, que não honrou com o rateio da água por suposto acordo então efetuado com a Diretoria, em 2014. Acredita que neste caso já ocorreu a prescrição da cobrança do rateio da água.

Já o Sr. Cavani é de opinião que a decisão tomada por esta Assembleia possa superar eventual isenção concedida pela Diretoria e permita nova possibilidade de cobrança.

O Sr. Helio lembra que no campo jurídico nada é fixo ou rígido, assim podemos perguntar quando nasce o direito de cobrança da AMART. Também é possível questionar a validade da decisão de isenção tomada pela diretoria (em 2014) em relação ao Parque das Colinas. Salienta que deverá ser analisado em detalhe quando se inicia o direito de cobrança da AMART. Sugere a possibilidade que, no caso em tela, se adote a tese que o direito de cobrança nasce com o fornecimento da água.

No caso do Parque das Colinas, existe um ponto para cada terreno, diferentemente do caso do loteamento gerido pelo Sr. Paulo, o qual concorda com as colocações Sra Mara Cristina, no sentido que o Parque das Colinas foi beneficiado por instalações que não foram pagas.

Em vista de tudo o que foi discutido, O Sr. Cavani submeteu a seguinte proposta para aprovação da Assembleia:

1. Rerratificação da aprovação para a execução **de todo projeto da água,** já estando concluídas a rede de distribuição e a ETA, sendo as próximas etapas as seguintes:

   - Construção do reservatório em área junto à Montanha Jardim
   - Teste e eventuais correções da rede de distribuição de modo a que todos sejam atendidos.
   - Prolongamento da rede de adução, conforme a necessidade.
   - Outras obras e ações que venham a ser necessárias no futuro.

   Obs.: O projeto será considerado concluído quando for disponibilizada água a todos os imóveis situados dentro do domínio de atuação da AMART, conforme inciso I do Art. 4º dos Estatutos.

2. Os imóveis que ainda não participaram do rateio, seja qual for a razão para tal deverão ser onerados em 24 parcelas de R$150,00. Esse valor será válido para adesões até março/2020 e sofrerá correção monetária pelo IPCA a cada 12 meses.

   Obs.: Os imóveis formados por lotes contíguos, do mesmo proprietário, cuja participação junto a AMART é realizada de forma englobada, como se fora um só, devem contribuir com uma única cota do rateio.

3. Desmembramentos: Os lotes e glebas que venham a ser desmembrados, ou separados junto ao cadastro da AMART, terão que pagar sua parcela do rateio, conforme item 2 acima.

➔ ***A proposta foi aprovada por unanimidade.***

A Sra Mara acrescenta que, uma vez o projeto original estabelecendo a edificação de um reservatório fora dos limites do nosso loteamento, fato descabido, deverá ser feita uma adequação quanto à Zona 3, que atualmente não mantem ligação com a ETA, tampouco com o reservatório próximo à Montanha Jardim. Tal correção certamente implicará em custo adicional ao projeto da rede seca.

O valor arrecadado de R$ 1.500.000 destinava-se exclusivamente à rede seca. Não obstante, e visto o relatado acima, este valor não será suficiente para a conclusão da mesma, nem tampouco para a construção do reservatório na montanha Jardim. Observa-se, todavia, que já foi implementada e totalmente paga a nova ETA, sem novo rateio de despesas.

Posto isto, em ocasião oportuna, uma Assembleia Extraordinária será convocada para a exposição dos fatos e votação sobre novo rateio.

⇨ Projeto Pavimentação

Nosso condomínio possui um total de 17 km de ruas, atualmente faltam cerca de 12 km de ruas a serem pavimentadas.

Os Srs. Eduardo Jr. e Helio, assim como Sra. Mara Cristina, foram até a Prefeitura para apresentar, a convite do vereador Marcos do Itapetinga, as necessidades do nosso Loteamento. É possível que a Prefeitura forneça parte dos materiais necessários à pavimentação para a AMART, restando apenas a mão de obra a ser rateada pelos lindeiros/AMART.

Oportuno ressaltar, que o custo dos materiais tem aumentado muito, causando grande impacto nos projetos da AMART.

O Sr. Gilson acredita que deva ser analisado com maior cuidado e detalhes a parceria com a Prefeitura, por que a mesma facilitará a implementação do projeto de pavimentação.

Em 2019 foram entregues os últimos trechos ref. às ruas Safira, Ametista e Alameda Cyca, perfazendo um total de 2000 m2 de pavimentação.

Foram experimentados diversos modelos de pavimentação, em alguns casos os próprios moradores foram criando um fundo de caixa, outros pagaram à vista, outros ainda parcelaram a pavimentação. Também existe o caso de trechos que competem à AMART, como por exemplo ruas com lindeiros somente de um lado.

O Sr. Celio lembra que já foi motivo da Assembleia a participação da AMART na execução do projeto, quando há 70% dos moradores que concordam em pagar pela pavimentação de uma rua. Aduz que dificilmente os moradores por si só conseguirão efetuar a pavimentação. Ele gostaria de ter uma postura mais pró ativa da AMART. Mencionou o caso particular da Alameda Cabreúva.

O Sr. Gilson lembra que a resposta da AMART está vinculada à disponibilidade de recursos financeiros.

O Sr. Eduardo Jr. ressalta que o projeto de pavimentação é dos lindeiros; o interesse deve ser do associado. Se estes conseguirem agregar 70% dos moradores da rua, com efetivo compromisso de pagar pela pavimentação, a AMART poderá colaborar na execução dos trabalhos de pavimentação da referida rua, sem, no entanto, ser onerada, exceto nos casos em que existam áreas de competência da AMART- como por exemplo praças ou ruas onde só existam moradores de um lado da rua.

O problema é que atualmente a AMART não tem recursos para adiantar o valor dos 30% que não desejam a pavimentação, e que poderão ser obrigados a pagar sua parte, judicialmente.

Quanto à Alameda Orquídeas, existe um problema considerável devido a um imóvel, sob litígio, com grande testada, cerca de 80 metros, propriedade do Sr. Paulo Miranda,- Questiona-se qual o procedimento a ser tomado.

O Sr. Luis Martins lembra que há ruas que precisam ser tratadas com mais cuidado, porque envolvem um número maior de lindeiros. Acrescenta que é preciso pensar coletivamente no interesse de todos. As ruas de ligação importante devem ser tratadas de maneira prioritária.

O Sr. Gilson pede que não sejam abordadas questões específicas para não prolongar demais a reunião.

⇨ Projeto fibra ótica

Alguns associados já possuem o interfone em suas casas e a implementação está sendo feita gradativamente. No caso de moradores que não possuem aparelho

telefônico, a AMART tem comprado alguns aparelhos de R$ 33,00, cujo custo é repassado para os mesmos.

⇨ Projeto Segurança

Faz parte do projeto 2019 considerar novas possibilidades de treinamento para os funcionários da AMART, incluindo utilização do sistema de monitoramento com fibra ótica.

Existem 21 funcionários na área de segurança, incluindo 5 líderes.

Em 2017 e 2018 a AMART conta com vigilância externa, feita por policiais civis. No passado, ocorreram diversas ocorrências de furto dentro de nossos limites, com a adoção da vigilância externa, as ocorrências cessaram. Posto isto, a parceria continua em 2019.

Quanto às portarias, a portaria P2 (próxima a Igreja Evangélica do Maracanã) foi fechada para acesso de automóveis, sendo utilizada apenas caminhões de mais de 2 eixos - diariamente por volta de 30 veículos passam por lá. Essa portaria não traz condições de segurança, incluindo espaço para manobras de caminhões. Uma vez que, para adequação da mesma, o investimento é grande, o ideal é que esta portaria seja fechada.

⇨ Inadimplência

São três os tipos de inadimplentes: pontual, habitual e histórico. O inadimplente habitual faz acordos repetidamente, não os honra, gerando um custo muito grande para a Associação. Os inadimplentes históricos já estão em processo de cobrança, junto ao nosso Dept· Jurídico (Dr. Helio). É necessário que estes associados tomem consciência de suas responsabilidades.

O orçamento da AMART contempla uma taxa de inadimplência de 13%.

Para a AMART, a partir do 61º dia de atraso, o associado se torna inadimplente, sendo a cobrança encaminhada para o Dept· Jurídico.

Apresentação da proposta orçamentária 2019

O Sr. Luis Taipera iniciou a apresentação da proposta orçamentária para 2019. O marco inicial foram as despesas ordinárias de 2018 de R$ 1.973.841,70, isto é, para manter as despesas básicas do condomínio. Com base nesse valor foi aplicado o IGPM em 2018 de 7,55%.

Chegou-se então a um valor de R$ 2.122.866,75. Mas não é possível simplesmente dividir esse valor pelo número de associados, porque devem ser considerados os inadimplentes contumazes. Assim, deve-se ~~ser~~ considerar a média de 13% de inadimplência.

Posto isto, o valor de 2018 deve ser corrigido pelo IGPM e acrescido do índice de inadimplência. Assim, propõe-se um aumento 16% sobre o valor do condomínio pago pelo associado.

Por que as despesas em 2018 superaram as despesas previstas? Entre outros motivos, por conta do aumento de combustível, assim como conserto da retroescavadeira e aluguel dos postes da Elektro para colocação da fibra ótica.

O Sr. Paulo questiona qual será o impacto do recadastramento sobre as receitas feitas pelo condomínio. O Sr. Luis Martins aponta que talvez o eventual aumento de condomínio poderá gerar maior inadimplência.

O Sr. Gilson lembra que a fórmula de arrecadação será reanalisada e uma Assembleia Extraordinária convocada para apresentar nova proposta de cálculo. O Sr. Eduardo Jr. lembra que a fórmula atual complica demasiadamente os reajustes de condomínio e o Sr. Luis Taipera acrescenta que um novo sistema de rateio poderá minimizar as distorções atuais, que favorecem "grandes" proprietários.

A Sra. Jacqueline lembra que o aumento proposto é temporário, já que na próxima Assembleia Extraordinária será possível avaliar o impacto do recadastramento e apresentar nova fórmula de rateio.

Não obstante, o Sr. Gilson sugere que não seja fixada uma data determinada para essa Assembleia de revisão da fórmula de rateio.

Foi explicado que o plano de investimentos não está contemplado no aumento de 16%, sendo este exclusivamente destinado para a manutenção do *status quo* (despesas ordinárias), Zeladoria e Segurança.

O Sr. Paulo questionou o que está sendo feito em relação aos inadimplentes, e o Sr. Helio explicou o empenho do Dept· Jurídico nesse sentido. Todavia, a tendência das Côrtes superiores é de não reconhecer necessariamente a cobrança dessas dívidas.

Passa-se então à votação do aumento de 16%, a partir do mês de maio, posto que para o mês de abril os boletos já foram lançados.

➔ ***O aumento de 16% no valor total do condomínio a partir de maio foi aprovado por unanimidade.***

Aprovação do plano de investimentos para 2019

O Sr. Luis Taipera esclarece que está sendo proposta a criação de um Fundo de Investimentos e Melhorias (FIM), que corresponde a 10% das receitas ordinárias.

Seria criada uma comissão para gerenciar as ideias quanto à aplicação deste fundo, criado de maneira temporária, e eventualmente renovado.

O Sr. Luis Martins explica que esse valor poderia ser utilizado por exemplo para pista de bikes, skate, pavimentação e outros.

Esse valor de 10% será aplicado sobre o novo valor de condomínio acrescido de 16%.

O Sr. Celio Rosa questiona como aprovar um fundo de investimento sem saber o que será feito com esse fundo, dizendo que seria "como dar um cheque em branco" para a Diretoria. Todavia, a Sra. Mara explica que o objetivo é que os associados possam entrar em contato com a AMART para propor ideias, as quais serão todas analisadas para em seguida passarem pela aprovação do Conselho.

A Sra. Jacqueline aduz que as demandas são variáveis e seria muito mais simples ter um valor previamente aprovado; permitiria que a Diretoria possa trabalhar com mais mobilidade.

O Sr. Paulo acredita que haveria um problema de serem aprovados projetos que não foram priorizados pela maioria.

O Sr. Cavani acredita que realmente o número de associados neste Assembleia é pouco representativo, sem falar que o ajuste da taxa condominial poderá gerar aumento da inadimplência. Sendo assim, sugere que se espere para ver o impacto do recadastramento nas receitas.

A Sra. Mara esclarece que a não aprovação deste fundo de investimentos permitirá apenas que seja mantido o *status quo*, isto é, não há margem orçamentária para qualquer tipo de investimento. O aumento aprovado de 16% permite apenas cobrir as despesas ordinárias.

Colocada para aprovação a criação do fundo de investimento. Há duas opções: aprovação imediata ou AGE posterior com a apresentação de projetos específicos, apresentados e elaborados pelos associados.

Associados que desejam o aumento agora: 15.

Associados que desejam o aumento mais para a frente: 20

➔ ***A criação do FIM não foi aprovada. Numa data posterior será convocada uma AGE e os projetos dos associados serão apresentados. Nesse caso a Assembleia decidirá se deseja aprovar ou não este fundo de investimentos.***

Outros assuntos

O Sr. David Cox começa a falar sobre a situação dos cachorros do Sr. David Azevedo, morador da Alameda Cabreúva, e relata um incidente no qual um dos cachorros do Sr. David Azevedo mordeu um adolescente. No mesmo dia, às 15h, os cachorros ainda estavam soltos. Dia 7 de março passado um aluno do seminário estava correndo no lago e foi atacado por um dos cachorros do Sr. David Azevedo, sofrendo várias mordidas. No dia 22 de março o casal Cox, caminhando próximo ao terreno do Sr.

David Azevedo, foi atacado pelos cachorros do mesmo. Também uma moça relatou ao Sr. Cox que por 5 vezes encontrou os cachorros do Sr. David Azevedo soltos perto ao lago.

Ele pede providências à AMART no sentido de lidar com maior rigor com este caso. Serão analisadas as possibilidades de multa, abaixo assinado e conversa com o associado em questão.

O Sr. Osni também relatou um incidente no qual foi mordido por um cachorro na Al. Jandaia esquina com a Al. Periquitos.

O Sr. Eduardo Jr. explica que a AMART fará o melhor para cuidar dos assuntos trazidos pelos associados, incluindo problema dos cachorros e da entrada de prestadores e funcionários nas áreas comuns da AMART.

A Sra. Jacqueline ressalta que precisamos terminar com a mentalidade de sermos "amigos", e não tomar medidas drásticas no caso como o relatado pelo Sr. Davi Cox ou problemas como a direção de menores.

Após indagação de associado sobre a responsabilidade da utilização do lago, a Sra. Mara ressalta que a responsabilidade por nadar ou utilizar o lago indevidamente não pertence de maneira alguma à AMART. Existe placa de advertência sobre a proibição de se nadar nos lagos, assim como outras orientações de uso.

O Sr. Eduardo Jr. ainda lembra da complexidade do assunto dos trabalhadores que pescam ou andam no condomínio fora dos horários de serviço, posto se tratarem de áreas públicas. Estas pessoas adentraram o condomínio de maneira legal. Observação: lembramos que o proprietário é responsável por pessoas que estão na sua propriedade como locatários, visitantes, prestadores ou empregados domésticos.

O Sr. Eduardo Jr. também lembra que a AMART trabalha de acordo com prioridades que ela mesmo define, por isso nem sempre é possível atender aos associados na medida dos seus desejos e anseios. Lembra que também há limitação no sentido de serviços a serem executados.

O Sr. Valdir solicitou que seja colocado um quiosque pequeno assim como um bebedouro no campo de futebol.

A reunião foi encerrada às 18:05.

Jacqueline Reichen Rosa
Primeira Secretária da Diretoria Executiva

Gilson Bentes
Presidente do Conselho Deliberativo

Associação Amigos do Recanto Tranquilo de Atibaia

Al. Diamante, 21- Recanto Tranquilo - Cep 12.949-120 - Atibaia – SP contato: 4415-1063

CNPJ: 67.160.945/0001-41 site: www.amart.org.br e-mail: contato@amart.org.br

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do Artigo 15, parágrafo 1º inciso II, do Estatuto Social, ficam convocados todos os Proprietários a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sala 06 do SBPV – Seminário Bíblico Palavra da Vida à al. Jatobá S/N – Recanto Tranquilo - Atibaia, SP, no dia 30 de março de 2019, em 1ª convocação, às 14h (quatorze horas) ou, não havendo quórum, meia hora após, com qualquer número, a fim de tratar dos seguintes assuntos:

- Aprovação dos Resultados de 2018.
- Aprovação da Proposta de Orçamento para 2019.
- Aprovação do Plano de Investimentos para 2019.
- Apresentação do Plano de trabalho para 2019.
- Outros temas de interesse da Associação.

Atibaia, 10 de março de 2019.

Eduardo Lopes da Silva Jr.

Diretor Presidente